

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Proprietário pode atualizar valor de imóvel e antecipar IR.....	3
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
União espera arrecadar R\$ 26 bi em 2025 com acordos em grandes teses tributárias.....	5
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Fisco regula pagamento menor de IR sobre imóveis.....	8
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
União: cálculo de pensão por morte muda - SERVIDOR.....	9
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Gasto da Previdência tem queda e sugere estabilidade.....	10
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Corte de aposentadoria por fraudes mesmo sem provas.....	11
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	
Justiça libera R\$ 2,7 bi em atrasados a aposentados.....	13
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
Justiça libera R\$ 2,7 bilhões.....	14
FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Dinheiro esquecido só é liberado com conta ouro ou prata no gov; veja como aumentar seu nível.....	15
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Financiamento público para projetos de IA soma R\$ 2 bi no Brasil, mas governo quer mais R\$ 23 bi.....	17
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária trava a pauta do Senado.....	19
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo decide retirar urgência de projeto de lei.....	20
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Bets disparam na baixa renda.....	21
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	

Ata do Copom reforça tom duro de nota .....	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
BC cobra 'transparência' na política fiscal e alerta para juros mais altos .....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
Para economistas, ata reforça previsão de maior aperto dos juros .....	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
'Não dá para antecipar o que o BC fará', diz Haddad sobre Selic .....	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Impacto nos juros .....	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Equipe econômica vê endosso a agenda de contenção .....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inflação de demanda acelera mais depressa e pesa sobre o IPCA .....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Reação ao fiscal parece exagerada, diz Campos .....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Medidas são "injeção de adrenalina" na economia para ganhar tempo .....	33
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR ECONOMIA	
Pix para apostas cresceram mais de 200% .....	35
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Alta da Selic torna ativo de renda fixa mais atrativo .....	36
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Ata do Copom tem visão mais pessimista para a inflação .....	37

# Proprietário pode atualizar valor de imóvel e antecipar IR

**GLAUCE CAVALCANTI E CAROLINE NUNES**  
*economia@oglobo.com.br*

Donos de imóveis já podem atualizar o valor de seus bens pagando menos imposto se optarem, até 16 de dezembro, por pagar antecipadamente o montante devido sobre o ganho de capital com a valorização desse patrimônio. A **Receita Federal** publicou ontem no Diário Oficial da União a norma que permite a cobrança reduzida de Imposto de Renda (IR) sobre a diferença entre o valor de compra do imóvel e sua avaliação atual de mercado, mas o benefício é gradativo e só é obtido integralmente se o bem não for vendido em 15 anos.

A proposta foi sancionada pelo governo como parte das medidas de aumento da arrecadação para compensar a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios.

A alíquota de IR que incide sobre ganho de capital na venda de imóveis varia hoje entre 15% e 22,5%, sendo o menor percentual válido para ganhos de até R\$ 5 milhões. Daí em diante, a alíquota vai subindo de forma progressiva. Com a nova oportunidade aberta pela Receita, o proprietário pode optar por atualizar o valor do seu imóvel na declaração de IR e pagar o imposto sobre ganho de capital de forma antecipada e de uma só tacada, a uma taxa de 4%. Já empresas (pessoas jurídicas) pagariam 6% de Imposto de Renda e 4% de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), ante os 34% das duas alíquotas somadas sem a redução oferecida agora.

O ponto de atenção está no fato de que o dono do imóvel teria de esperar 15 anos para ter o benefício integral ao vender seu bem, alerta a advogada Débora Bacellar de Almeida, sócia de Tributário do BMA Advogados, lembrando que a taxa só começa a ficar abaixo dos 15% a partir do sétimo ano.

- O benefício não é oferecido a quem vender o imóvel em três anos. Se a pessoa aderir ao pagamento antecipado e fechar a venda nesse prazo, pagará 19% sobre o ganho de capital - explica a advogada.

Como o benefício integral desse desconto só é integralmente obtido pelos proprietários depois de 15 anos, especialistas avaliam que, para optar por esse modelo de pagamento, o dono de um imóvel deve

considerar quando planeja vendê-lo.

-O principal desafio dessa medida está no longo prazo para obtenção do desconto integral, que ocorre após 15 anos - diz Almeida. - Quem for vender o imóvel antes disso, só tem alguma vantagem a partir do sétimo ano, quando a taxa do ganho fica abaixo de 15%.

Ainda assim, diz a especialista, o tributo desembolsado antecipadamente poderia ser direcionado a uma aplicação financeira que pode ir garantir ganho maior no longo prazo.

## SEM EFEITO EM 3 ANOS

O tributarista Felipe Costa, sócio do MV Costa Advogados, explica que, até então, o custo de aquisição do imóvel só podia ser alterado em caso de despesas com construção, ampliação ou reforma. Com a mudança, a atualização poderá ocorrer até 16 de dezembro, mediante o pagamento do tributo a apresentação da Declaração de Opção pela Atualização de Bens Imóveis, disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), da Receita.

Como a nova norma traz redução progressiva da taxa do ganho de capital, Costa avalia que ela é especialmente benéfica para quem possui um bem declarado com um valor muito abaixo do atual valor de mercado e pretende mantê-lo pelos próximos 15 anos: - Essa redução é maior quanto mais tempo a pessoa ou empresa mantiver o imóvel após a atualização.

Débora, do BMA, ressalta que a antecipação tem de ser pensada com ainda mais atenção por pessoas que, adiante, possam ter de vender seu imóvel por valor inferior ao usado como referência para uma atualização de preço agora. Essa perda de valor não é dedutível.

Há casos em que não há cobrança de IR sobre ganho de capital pela venda de imóveis. Um deles é quando a pessoa física vende seu imóvel por um valor de até R\$ 440 mil. Outro é quando ela vende um imóvel residencial e adquire outro, de maior valor, num prazo de até 180 dias. Outras regras reduzem a taxa do ganho de capital com a venda do bem conforme a idade do imóvel.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# União espera arrecadar R\$ 26 bi em 2025 com acordos em grandes teses tributárias

*Jéssica Sant"Ana, Guilherme Pimenta e Marcela Villar De Brasília e São Paulo (Colaborou Arthur Rosa)*

O governo espera que 20% dos contribuintes que discutem processos de grande impacto econômico no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** venham aderir aos editais do Programa de Transação Integral (PTI), que serão lançados pelo Ministério da Fazenda, a partir de propostas apresentadas pelas empresas. O número consta em nota técnica obtida pelo Valor e é importante porque foi considerado para estimar a expectativa de arrecadar R\$ 26,48 bilhões com essa modalidade em 2025.

O PTI vai tratar de duas modalidades de transação tributária - os acordos entre a União e contribuintes para encerrar litígios administrativos ou judiciais. Uma para recuperar créditos inscritos na dívida ativa e com a cobrança judicializada e a outra para tratar de grandes teses em disputa. Para o segundo caso, uma portaria já foi publicada com um rol de 17 temas. Empresas podem sugerir outros assuntos que tenham interesse em transacionar. Ao todo, a arrecadação prevista com as duas modalidades de transação do PTI é de R\$ 41,93 bilhões - R\$ 12 bilhões englobados de outros editais.

No caso das grandes teses, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prevê a abertura de editais que cubram 40% dos R\$ 945,9 bilhões em discussão nos 6,5 mil processos de maior impacto econômico em tramitação no **Carf**. Ou seja, os editais do PTI vão tratar de R\$ 378,36 bilhões em disputa.

A taxa de adesão esperada dos contribuintes é de 20%. Para estimar a arrecadação prevista por essa modalidade, a PGFN considerou o desconto máximo permitido pela lei de 65% sobre o valor desses créditos. Todo esse detalhamento consta em nota técnica obtida a partir de pedido de informação formulado pelo Valor, via Lei de Acesso à Informação.

O programa também prevê a possibilidade de transação para créditos inscritos em dívida ativa, mas que a cobrança foi judicializada pelo contribuinte. A estimativa é arrecadar R\$ 15,45 bilhões com essa modalidade em 2025, com uma taxa de adesão de 40%.

Segundo estimativas da PGFN, há um estoque potencial de R\$ 95,7 bilhões. Desse total, 42,27% são referentes a créditos de Imposto de Renda (IRPJ), 20,39% de CSLL CSLL e 15,61% sobre Cofins. O restante trata dos demais **tributos**.

Para calcular a estimativa de arrecadar R\$ 15,45 bilhões com a recuperação desses créditos, o governo considerou um desconto médio de 80% nas verbas acessórias (juros, multa e encargo) e a adesão de 40% dos créditos elegíveis.

Em nota, a PGFN explica que a estimativa de adesão" se justifica no fato de o PTI passar a contemplar contribuintes saudáveis economicamente, mas cujos créditos jamais foram elegíveis à transação antes do PTI, que inovou ao trazer o conceito de Potencial Razoável de Recuperação do Crédito Judicializado (PRJ)".

Com as duas modalidades previstas, a arrecadação total esperada pela União com o Programa de Transação Integral é de R\$ 41,93 bilhões, incluindo outros editais. A PGFN considera que as adesões aconteçam de forma gradual. Por isso, é esperado que a arrecadação ocorra também gradualmente, entrando R\$ 7,27 bilhões no primeiro trimestre no caixa, valor que aumenta 25% a cada trimestre, chegando aos quase R\$ 42 bilhões ao fim de 2025.

A arrecadação esperada com o PTI foi incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, como uma das medidas extras de receita necessárias para alcançar o déficit zero no próximo ano. Luiz Gustavo Bichara, sócio-fundador do Bichara Advogados, diz que as previsões com o programa são, no mínimo, "ousadas", mas que falta na nota técnica mais detalhes da metodologia utilizada para uma avaliação precisa.

"Estima-se um percentual de adesão de 40% para os 56 maiores casos judiciais, e 20% sobre os 6 mil maiores processos no **Carf**. De onde vem essa prognose? Quero crer que alguma metodologia séria foi utilizada.

No entanto essa informação não foi disponibilizada na nota que instruiu o PTI", afirma Bichara.

Neste ano, apenas no âmbito da PGFN, cerca de R\$

33,5 bilhões referentes a grandes teses já foram transacionados.

Porém, mais da metade do valor veio da adesão da Petrobras à transação do afretamento.

Para advogados, a maioria das teses apresentadas pelo Ministério da Fazenda no Programa de Transação Integral não parece animar os contribuintes.

Henrique Mello, sócio fundador do HML e juiz do Tribunal de **Impostos** e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP), destaca que em apenas cinco das 17 controvérsias jurídicas de alto impacto econômico não há jurisprudência pacífica e as discussões são mais de direito do que dos casos concretos.

Para as outras 12, afirma ele, já existe um entendimento favorável às empresas tanto na esfera administrativa quanto no Judiciário, como na amortização de ágio e pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP). Portanto, acrescenta, é mais vantajoso continuar com o contencioso e esperar uma decisão definitiva, mesmo que leve anos.

Henrique Mello já recomendou a dois clientes aderirem ao PTI em duas das cinco teses que entende ser interessantes. Para outras duas, deu recomendação negativa. São elas: o aproveitamento de crédito de IPI na Zona Franca de Manaus e o conceito de praça para aplicação do Valor Tributável Mínimo (VTM) nas operações entre partes interdependentes, para recolhimento de IPI.

Dentre as teses indicadas para adesão, estão as discussões sobre incidência de IRRF sobre ganho de capital auferido por investidor não residente no país. A outra trata da incidência de contribuições previdenciárias sobre a participação nos lucros e resultados (PLR) de empresas.

Um terceiro litígio que vale a pena encerrar, afirma o tributarista, é o da incidência de **tributos** na desmutualização da Bovespa e da BM F (atual B3), seja por ganho de capital ou pela venda de ações recebidas.

"As seguradoras criaram uma tese para dizer que não poderia haver incidência dos **tributos** federais e não tiveram sucesso desde 2007", diz Mello, indicando acórdão desfavorável na 3ª Turma da Câmara Superior do **Carf** (processo nº 16327.721093/2012-17).

O advogado ainda cita controvérsias relacionadas a aplicação de regras antigas de preços de transferência, com base na Lei nº 9.430/1996, para o setor aéreo.

Além de casos que pedem a dedução da base de cálculo do PIS/Cofins, pelas instituições arrendadoras, de estornos de depreciação do bem, ao encerramento do contrato de arrendamento mercantil.

Leandro Cabral, sócio do escritório Velloza Advogados Associados, entende, porém, que, considerando a jurisprudência do **Carf** e da Justiça, valeria a transação apenas para um dos 17 itens, o que trata sobre a incidência de **tributos** federais na desmutualização da Bovespa e da BM F (atual B3), seja por ganho de capital ou pela venda de ações recebidas.

Para ele, a tese de PLR, por exemplo, não valeria apenas, "por envolver uma interpretação da **Receita Federal** que vai contra a própria lei e a Constituição Federal, ao negar a natureza de PLR sem sequer ouvir empregados e sindicatos". "Há um grande número de autuações e um viés fiscalista na jurisprudência mais recente do **Carf**, mas isso não justifica aderir à transação, pois o contribuinte tem direito a não pagar contribuições previdenciárias sobre PLR. Inclusive, por isso, a transação de PLR em 2021 arrecadou muito menos do que a Receita previa." Sobre as teses ligadas ao setor aéreo, Thiago Medaglia, sócio de TozziniFreire Advogados, diz que a que trata de discussões sobre tributação de receitas na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL é muito abrangente e pode valer a pena apenas para companhias estrangeiras e não brasileiras.

E que sejam, acrescenta, de um país que não tenha algum tratado afastando a bitributação.

Essa controvérsia se tornou mais acentuada com uma operação da **Receita Federal** chamada Voo Rasante, em 2014. Para o Fisco, empresas teriam isenção de alguns **tributos**, mas não da CSLL. Na época, 12 companhias estrangeiras foram investigadas e os valores não recolhidos poderiam chegar a R\$ 820 milhões. Medaglia diz, porém, que essa situação vale para casos muito específicos e que a jurisprudência no **Carf** tem sido favorável. Além disso, não há discussões novas após uma nova lei ter sido editada.

Outra tese, da incidência da IRRF e Cide sobre remessas ao exterior efetuadas por áreas, na visão do advogado, não vale muito a pena. Como regra, não é tributável pela Cide e o frete é isento, salvo raras exceções, segundo ele. "Já tem uma solução de consulta dizendo que não tem incidência, então na imensa maioria dos casos, não tem grande aplicabilidade", diz Medaglia, citando a Solução de Consulta Cosit nº 140/2024.

"Previsões com o Programa de Transação Integral são

ousadas" Luiz G. Bichara

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187994>

# Fisco regula pagamento menor de IR sobre imóveis

*Jéssica Sant'Ana e Laura Ignacio De Brasília e São Paulo*

A **Receita Federal** regulamentou a possibilidade de atualização de imóveis a valor de mercado com o pagamento de alíquota reduzida de Imposto de Renda (IR). Segundo a Instrução Normativa nº 2.222, publicada no Diário Oficial da União de ontem, os contribuintes têm até o dia 16 de dezembro para optar pela medida.

A novidade foi instituída pela Lei nº 14.973. Para as pessoas físicas que aderirem à medida, a alíquota de Imposto de Renda (IR) será de 4% sobre a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado do bem. Atualmente, ela varia de 15% a 22,5%.

Já para a atualização dos imóveis constantes no ativo não circulante de balanços de pessoas jurídicas, esse percentual será 6% de IR e 4% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a diferença. Sem redução, somam 34%.

Porém, caso o imóvel atualizado seja vendido antes de decorridos 15 anos, o cálculo do ganho de capital será ajustado proporcionalmente ao tempo decorrido desde a atualização. O percentual começa em 0% para alienações ocorridas até 36 meses e aumenta, gradualmente, até 100% após 180 meses, de acordo com a **Receita Federal**.

Na prática, isso quer dizer que somente se a venda do bem ocorrer após 15 anos da atualização haverá o aproveitamento integral do benefício.

De acordo com a IN, também poderá ser atualizado o valor de imóveis no exterior. "A norma esclareceu que imóveis no exterior podem ser incluídos na atualização, contanto que já declarados", afirma o advogado tributarista Roberto Goldstajn.

Contudo, no caso de propriedades de entidades controladas no exterior ou trusts, uma pessoa física precisará ser responsável pela declaração do bem.

A Declaração de Opção pela Atualização de Bens Imóveis (Dabim) já está disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), no site da **Receita Federal**.

Mas Goldstajn alerta que é importante estudar se é melhor aproveitar o benefício da Lei nº 14.973 ou

aguardar o momento posterior de um inventário. "Hoje, se há um inventário em curso, a Lei nº 9.532, de 1997, permite fazer a reavaliação patrimonial antes da transferência do bem", diz. "Nesse caso, é possível aplicar o fator redutor da Lei nº 7.713, de 1988. A alíquota efetiva para o herdeiro variará de 2% a 4%, e a venda do imóvel poderá ser imediata, sem perda do benefício fiscal", acrescenta.

Já para o advogado Alexandre Gorin, sócio da Gorin Advocacia, tanto a Lei nº 14.973 quanto a instrução normativa possuem pontos obscuros. "Não foi dito se os 4% de IR a serem pagos serão compensados no futuro cálculo do ganho de capital a ser feito nos próximos 15 anos, em caso de alienação do imóvel", afirma.

Um imóvel adquirido este ano, se alienado ao fim de 2027, cita como exemplo, teria uma alíquota efetiva de 13,22%. "Quer dizer que o contribuinte pode aderir, recolher 4% agora e ter que pagar mais 13,22% ao final de 2027, arcando com mais **tributos** do que pagaria se não aderisse?" Outro ponto duvidoso, para Gorin, é se o custo de aquisição acrescido agora pelo contribuinte que aderir à atualização, poderá ser objeto do fator de redução previsto na Lei nº 11.196/2005.

"Não está claro na IN se esse fator de redução se aplica ao custo de aquisição que for acrescido pelo contribuinte agora", afirma.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187994>

# União: cálculo de pensão por morte muda - SERVIDOR

*Gustavo Silva*

Beneficiários de pensão por morte de servidor federal civil vinculados ao Regime Próprio da **Previdência Social** (RPPS) passarão por uma mudança no cálculo da contribuição previdenciária para o Plano de **Seguridade Social** (PSS). A **Receita Federal** determinou a correção para garantir que o desconto seja sobre o valor total da pensão, antes do rateio entre os beneficiários. A alteração vai impactar pensionistas que recebem valores superiores a R\$ 7.786,02 e compartilham o benefício com pelo menos uma pessoa. A medida entra em vigor na folha de pagamento de setembro, com reflexos financeiros a partir de outubro de 2024.

Até o momento, o desconto da contribuição para o PSS era feito individualmente sobre a cota-parte de cada pensionista, ou seja, após o rateio. Com a nova regra, pensionistas federais que compartilham o benefício podem ter aumento nos descontos em seus proventos. Aqueles que recebem cotas menores do que o valor de isenção podem passar a contribuir, dependendo do valor total da pensão compartilhada.

Rio-Saúde: greve terá que se limitar a 20% do pessoal

Segundo decisão do desembargador Roque Lucarelli Dattoli, do TRT-RJ, a greve na Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde) terá que manter 80% dos trabalhadores em serviço e só 20% em paralisação. Em assembleia nesta semana, os funcionários da RioSaúde (são ao todo 15 mil) decidiram por iniciar a greve no sábado (21). Eles pedem reajuste salarial, cumprimento da Lei do Piso Salarial, discussão do Acordo Coletivo de Trabalho e cumprimento das Leis Trabalhistas.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Gasto da Previdência tem queda e sugere estabilidade

**Jéssica Sant'Ana De Brasília**

A despesa com benefícios previdenciários apresentou uma pequena queda nominal pelo segundo mês consecutivo, após uma sequência de altas registradas desde o início do ano. Na avaliação do **INSS**, Alessandro Stefanutto, os números demonstram uma tendência de estabilidade do gasto.

De acordo com os dados do **INSS** antecipados ao Valor, os créditos emitidos para pagamentos de benefícios do Regime Geral da **Previdência Social** (RPGS) somaram R\$ 67,91 bilhões em setembro, contra R\$ 67,95 bilhões em agosto. Em julho, por sua vez, o gasto foi de R\$ 68,3 bilhões.

"O mais importante nesses dados é a estabilidade do gasto. Claro que com a revisão [dos benefícios] e com todo o trabalho que está sendo feito, conseguimos até uma redução nominal, mas já são dois meses de estabilidade no valor do gasto, independentemente se concede mais ou menos benefício", disse Stefanutto.

Ele reconhece que ainda é necessário aguardar o dado de outubro para começar a falar em tendência, mas diz que o prognóstico é bom. Na sua avaliação, o gasto ainda pode ficar estabilizado em outubro e novembro, para depois voltar a ter apenas o crescimento vegetativo (natural, já esperado, devido aos novos pedidos de aposentadoria, pensões e demais benefícios).

O presidente do **INSS** afirma que esse controle da despesa é reflexo, principalmente, do trabalho de revisão dos benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), um processo que começou em meados de julho e segue até o fim do ano, com a previsão de revisar até 800 mil auxílios, principalmente aqueles que estavam sendo pagos a mais tempo. Como o auxílio-doença é um benefício temporário e houve prorrogação automática no passado, muitos segurados podem estar recebendo irregularmente, porque já recuperam suas condições de trabalho, mas não informaram ao **INSS**. Há, ainda, os casos de fraudes.

"A revisão está sendo feita em um conjunto de benefícios que têm maior risco [de o pagamento ser indevido]. E o trabalho está confirmando que nós acertamos na escolha, mais ou menos 60% dos

benefícios estão sendo cessados", conta Stefanutto.

Ainda de acordo com a avaliação do presidente do **INSS**, a greve dos servidores não contribuiu para a redução do gasto, porque a adesão não chegou a 10%. Além disso, o programa que prevê o pagamento de um bônus por produtividade aos servidores que trabalham na análise de requerimentos para diminuir a fila ajudou a compensar eventual impacto da greve.

Ele também explica que a fila voltou a aumentar em agosto, mas devido ao fato de o mês ter registrado 1,4 milhão de novos requerimentos de aposentadorias, pensões e demais benefícios pagos pelo **INSS**. É um número recorde, disse. O instituto já vinha trabalhando com uma média de 1 milhão de novos requerimentos mensais.

A despesa esperada para o ano com benefícios previdenciários é apontada como subestimada por economistas. No último relatório bimestral de avaliação do Orçamento, o governo previu gastar R\$ 931 bilhões com Previdência neste ano, número que inclui sentenças judiciais e Comprev - uma compensação entre o RGPS e regimes próprios de aposentadoria dos servidores .

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187994>

# Corte de aposentadoria por fraudes mesmo sem provas

**Gustavo Andrade**

Uma nova lei autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a bloquear ou suspender o benefício imediatamente, se suspeitar de fraude ou alguma irregularidade, mesmo sem provas concretas, e sem aviso prévio ao beneficiário.

A legislação diz que o **INSS** "poderá adotar medidas cautelares visando a conter gastos e prejuízos no pagamento de benefícios por ele administrados, decorrentes de irregularidades ou fraudes".

A advogada previdenciária Renata Prado avaliou que a lei é "flagrantemente inconstitucional". "O beneficiário pode ter seu benefício suspenso sem aviso prévio desde que o **INSS** suspeite de alguma irregularidade sem possibilidade de defesa prévia".

Coordenadora-adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP-ES,) Maria Regina Couto Uliana também entende que a lei é inconstitucional, uma vez que detém princípios da ampla defesa e do contraditório.

"Importante destacar que esses princípios constitucionais se aplicam a todos os processos, sejam judiciais ou administrativos. No caso dos segurados do **INSS**, a sua observância é ainda mais crucial pois tratam-se de benefícios de natureza alimentar, ou seja, destinados a sobrevivência do segurado".

Especialista em Direito Previdenciário, Geane Miller Manchetter explicou que a forma usada pelo **INSS** para buscar irregularidades é o cruzamento de dados feito por meio tecnológico a partir de perícias médicas e análise de documentos, e que isso só aumenta a chance de muitas suspensões indevidas de benefícios.

Para quem tiver o benefício suspenso, o primeiro passo é tentar entender o motivo, segundo Renata. "Existem situações que podem ser resolvidas administrativamente. Outras, só judicialmente. Em todos os casos, se ficar comprovado o erro grosseiro da administração na análise, é passível a condenação em danos morais".

Maria Regina reforçou que caso fique constatado que a suspensão se deu de forma indevida cabe pedido de

indenização por danos morais. "A suspensão indevida de um benefício de natureza alimentar, destinado a sobrevivência do segurado e de sua família gera, sem dúvidas, sérios abalos".

O **INSS** foi procurado pela reportagem, mas até o fechamento da edição não respondeu.

SAQUE da aposentadoria: corte no termo da lei é visto como inconstitucional

ENTENDA

Especialista vê possível dano moral

Nova lei

O ARTIGO 27 da lei nº 14.973, de 16 de setembro, diz que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) poderá adotar medidas cautelares visando a conter gastos e prejuízos no pagamento de benefícios por ele administrados, decorrentes de irregularidades ou fraudes.

A LEI tem por objetivo assegurar a efetividade dos direitos sociais e a sustentabilidade financeira da previdência e da assistência social.

Fraudes e irregularidades

AS MEDIDAS CAUTELARES serão adotadas mediante decisão fundamentada em processos de monitoramento ou investigação que apresentem, entre outras, as seguintes características: fraudes relacionadas a pessoa física com o uso de registro civil, documentos de identificação ou cadastro de pessoa física (CPF) falsos ou ideologicamente falsos para fins de concessão de benefícios.

IRREGULARIDADES para fins de concessão e manutenção de benefícios.

RELATIVAS a dados cadastrais e informações em bases de dados governamentais para fins de concessão e manutenção de benefícios por meio de inserção de dados falsos ou alteração ou exclusão indevida de

dados corretos, e alteração de sistema de informação.

## Bloqueio e suspensão

AS SITUAÇÕES referidas nas medidas cautelares implicarão o bloqueio imediato do pagamento e a suspensão do benefício.

AO TER O BLOQUEIO ou suspensão do benefício, o beneficiário deverá ser convocado para apresentar os documentos comprobatórios por meio de notificação oficial do **INSS**, que pode ser enviada por correio, e-mail ou mensagem de texto.

ASSIM que receber a notificação, o segurado deverá certificar-se de ter laudos médicos atualizados, receitas de medicamentos, exames e atestados médicos.

## Danos morais

CASO FIQUE constatado que a suspensão se deu de forma indevida cabe pedido de indenização por danos morais. A suspensão indevida de um benefício de natureza alimentar, destinado a sobrevivência do segurado e de sua família cria, sem dúvidas, sérios abalos.

Fonte: Lei nº 14.973. e advogadas Renata Prado, Maria Regina Couto Uliana e Geane Miller Manchester.

## Empréstimo para idosos liberado de forma imediata

O governo federal está prestes a lançar o edital de licitação da folha de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Esse leilão visa contratar bancos para gerenciar os novos benefícios da **Previdência Social** entre 2025 e 2029.

Além disso, uma portaria publicada em 11 de setembro derruba a carência de 90 dias, a partir do recebimento do benefício, para o usuário solicitar crédito consignado. Esse empréstimo é mais barato porque tem desconto direto na folha de pagamento.

Porém, a mesma portaria diz que, durante os três meses iniciais, o aposentado só pode tomar empréstimo no banco no qual está recebendo o benefício. Uma portabilidade, com taxa de juros mais baixas, por exemplo, só pode ser feita depois desse período.

No caso do leilão, é aguardado pelos bancos porque as instituições financeiras podem fidelizar e ampliar a oferta de serviços praticamente sem correr risco, para uma base ampla de usuários. Já o governo usa a medida como uma forma de arrecadação.

A portaria tem relação direta com o leilão, porque cria

um mercado direto para os bancos. A medida tem como principal objetivo valorizar a folha do **INSS** e elevar a arrecadação do leilão, inicialmente estimada em R\$ 1,5 bilhão, para até R\$ 3 bilhões por ano.

Assim, a arrecadação do **INSS** com a folha se soma aos R\$ 6 bilhões que o governo já recebe com as folhas de pagamento que já foram leiloadas, elevando o valor anual para o governo para até R\$ 9 bilhões. "A previsão é de que (a arrecadação do leilão) chegue a cerca de R\$ 2,5 bilhões", afirmou o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, ao jornal O Globo.

O leilão da folha do **INSS** vem sendo feito desde 2009, com validade por cinco anos. Os vencedores podem pagar o benefício e, em contrapartida, vender produtos bancários a esses clientes por até 20 anos ou até o fim do benefício - o que ocorrer primeiro.

A carência de 90 dias foi adotada no passado como uma medida de proteção dos beneficiários contra o assédio dos correspondentes bancários, além de prevenir fraudes na concessão do consignado.

## CARTÃO da **Previdência Social**

# Justiça libera R\$ 2,7 bi em atrasados a aposentados

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou o pagamento de R\$ 2,7 bilhões em atrasados aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que entraram com ação para revisões de aposentadorias, auxílio-doença, pensões e outros benefícios. São 129.182 processos, com 168.679 beneficiários.

O total geral liberado aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) inclui outros tipos de ações e atinge o valor de R\$ 3.165.632.938,44, com 205.173 processos, para 257.661 beneficiários.

As RPVs são pagamentos atrasados de até 60 salários mínimos, ou seja, de até R\$ 84,7 mil neste ano. Elas são pagas em ações propostas no Juizado Especial Federal. Os atrasados que superam esse valor são os chamados precatórios.

O Conselho informa que cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados.

Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, essa informação deve ser buscada na consulta de RPVs disponível no portal do TRF responsável.

**Site:** <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

# Justiça libera R\$ 2,7 bilhões

**Marcos Furtado** [marcos.furtado@oglobo.com.br](mailto:marcos.furtado@oglobo.com.br)

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou nesta semana o pagamento de R\$ 2,73 bilhões para 168.679 aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganharam ações contra a Previdência em agosto. O montante representa 86,4% de um total de R\$ 3,1 bilhões liberados pela Justiça para o pagamento das chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs) a 257.661 pessoas. RPVs são indenizações de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720) pagas pelo governo federal a quem ganhou ações contra diferentes órgãos da União.

Em todos esses processos, há trânsito em julgado, ou seja, sem chance de recurso.

O dinheiro é distribuído pelo CJF a seis Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país, para que estes façam os depósitos nas contas dos beneficiários de acordo com cronogramas próprios. Para saber se será contemplado agora, o beneficiário do **INSS** deve acessar o site do TRF de seu estado: TRF1 (DF, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP); TRF2 (RJ e ES); TRF3 (SP e MS); TRF4 (RS, PR e SC); TRF5 (PE, CE, AL, SE, RN e PB); e TRF6 (MG).

No caso dos beneficiários dos estados do Rio e do Espírito Santo - TRF da 2ª Região - , o montante total a ser pago é de R\$ 250,5 milhões.

Destes, R\$ 202,9 milhões (correspondentes a 8.594 processos, com 11.938 beneficiários) se referem a sentenças em ações previdenciárias/ assistenciais.

O maior valor de RPVs é do TRF da 1ª Região, exatamente o que concentra o Distrito Federal e a maior quantidade de estados. O valor é de R\$ 1 bilhão. A maior parte, de R\$ 913,3 milhões, está relacionada a 48.643 processos, com 57.577 beneficiários de causas contra o **INSS**.

Para pesquisar na página do Tribunal Federal da sua região, o segurado do **INSS** deve ter em mãos os números do CPF, do registro da RPV, do processo de origem, da requisição e/ou da inscrição de seu advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Mas, dependendo do TRF, será preciso ter apenas alguns desses dados.

**DIRETO DO TRF** Valor a receber é depositado em

conta do beneficiário na Caixa ou no BB

**COMO CONSULTAR SE SEU DINHEIRO SAIU**

**QUEM TEM DIREITO** Segurados do **INSS** que pediram revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios e ganharam suas ações, sem caber mais recursos, em agosto.

**DISTRIBUIÇÃO** O dinheiro é distribuído pelo CJF a seis Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país, para que façam os depósitos nas contas dos beneficiários.

**DATAS DE SAQUE** As datas de liberação dos valores para saque são definidas por cada TRF. No caso dos estados do Rio e do Espírito Santo, os créditos são feitos em contas abertas pelo TRF2 no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, em nome dos ganhadores das ações judiciais.

**ONDE PROCURAR** Para saber se será contemplado agora, o beneficiário deve acessar o site do TRF de seu estado. No caso do Rio, é o do TRF2: [eproc.trf2.jus.br/eproc](http://eproc.trf2.jus.br/eproc).

**DADOS A INFORMAR** O essencial é ter em mãos o número do CPF. No caso do TRF2, para beneficiários do Rio, basta preencher apenas um dos seguintes campos: "Nº de registro de precatório ou RPV"; ou "Nº do processo de origem"; ou "Nº da requisição (9 ou 11 dígitos)".

Feito isso, a consulta está devidamente concluída.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Dinheiro esquecido só é liberado com conta ouro ou prata no gov; veja como aumentar seu nível

**Júlia Galvão**

Os brasileiros que têm dinheiro esquecido no SVR (Sistema de Valores a Receber) do BC (Banco Central) terão até o dia 16 de outubro para pedir o resgate antes que o recurso seja transferido para os cofres do governo federal. Para fazer a retirada do valor, é necessário ter pelo menos o nível de segurança prata em sua conta gov.br.

A consulta para saber se você tem algum valor a receber no sistema do Banco Central pode ser feita por meio deste link .

O selo de entrada no portal do gov.br é o bronze, mas esse nível não é suficiente para liberar a consulta, por questões de segurança.

O primeiro cadastro no gov pode ser feito por computador, tablet ou celular por meio do site do sistema ( gov.br/governodigital ). Informações como número do CPF e data de nascimento são solicitadas aos novos usuários.

Também é possível utilizar o aplicativo para criar a conta. Nesse caso, conseguir o nível prata ou ouro é mais fácil, já que, com o acesso à câmera, o cidadão consegue provar com facilidade sua identidade via biometria.

Neste ano o MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) divulgou a possibilidade do uso da câmera traseira dos dispositivos móveis para fazer o reconhecimento biométrico dos usuários do gov.br. O ministério afirma que "a medida beneficia diretamente quem tem celulares antigos e também pessoas com deficiência, do espectro autista, com doenças neurodegenerativas e idosos".

Para conseguir aumentar o nível da conta gov, é possível fazer o reconhecimento facial pelo aplicativo para conferência da foto nas bases da CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Outra opção é a validação dos dados via internet banking de um banco credenciado. Alguns clientes encontram dificuldade nesse processo, uma vez que,

em alguns casos, é necessário possuir o aplicativo do banco em seu celular.

Segundo o ministério, "cada instituição financeira define o seu processo de segurança. Então, pode ser que um banco decida que para logar o cidadão tenha que receber algum código no aplicativo do banco".

O governo informa ainda que os métodos mais comuns para realizar a autenticação dos bancos são:

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O Itaú Unibanco é um dos bancos credenciados que exige o acesso ao aplicativo para concluir esse processo. Em nota, a instituição diz que a única maneira de realizar o login no gov.br com a conta Itaú é via aplicativo do banco. "A inclusão dos dados bancários já garante o acesso ao nível prata e, para isso, é necessário incluir a agência, conta, senha eletrônica e código iToken, que pode ser visualizado na tela inicial do app."

O BTG Pactual afirma que também é necessário ter o aplicativo instalado no celular para realizar o processo. No site oficial do banco, o passo a passo do processo está detalhado e pode ser conferido por meio deste link .

A cooperativa financeira Sicredi afirma que, para atingir o nível prata no site do gov.br são solicitadas informações específicas para identificar o usuário, diferenciando entre pessoa física e jurídica. Para pessoa física, é pedido o número da conta, número da agência, CPF e senha. Enquanto para pessoa jurídica, é solicitado o nome de usuário (gerenciado pela empresa), CNPJ e senha.

"Além disso, é necessário utilizar um celular durante o processo, pois é aplicado o "Segundo Fator de Autenticação", que envolve o envio de um código único, geralmente por SMS. Esse código é fornecido durante o login para reforçar ainda mais a segurança", diz a instituição em nota.

Em nota, o Nubank diz que todos os processos relacionados ao banco só podem ser feitos pelo aplicativo de celular, assim, não há outro caminho pelo qual os clientes possam realizar a validação. O mesmo acontece com o Pic Pay.

O Banco do Brasil não exige que os clientes tenham o aplicativo para realizar esse processo, sendo necessário informar apenas agência, conta, senha de oito dígitos e um código que é enviado por SMS. Um processo semelhante pode ser feito pelos clientes da Caixa Econômica sem a necessidade de acessar o celular.

Banco Mercantil, Bradesco, Santander, Banrisul, Sicoob e Agibank não responderam à Folha sobre o processo de autenticação até a publicação desta reportagem.

Outro método que pode ser utilizado por **servidores públicos** para subir de nível é a validação de dados com usuário e senha do Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas).

Para conseguir atingir o nível ouro, o governo fazer o reconhecimento facial pelo aplicativo gov.br para conferência da foto nas bases da Justiça Eleitoral (TSE); a validação de dados utilizando o aplicativo gov.br para ler o QR Code da Carteira de Identidade Nacional ou a utilização do Certificado Digital de pessoa física compatível com ICP-Brasil.

Bronze

Prata

Ouro

Para quem tem as contas prata ou ouro, é possível acessar informações que tenham relação com o PIS/Pasep, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), a **Receita Federal** e o SVR.

De onde vem o dinheiro esquecido, segundo o Banco Central:

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/dinheiro->

**[esquecido-so-e-liberado-com-conta-ouro-ou-prata-no-gov-veja-como-aumentar-seu-nivel.shtml](#)**

# Financiamento público para projetos de IA soma R\$ 2 bi no Brasil, mas governo quer mais R\$ 23 bi

O financiamento de bancos e empresas públicas a projetos de inteligência artificial no Brasil aumentou e já soma mais de R\$ 2 bilhões, mostra levantamento realizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) a pedido do GLOBO.

Os números ainda mostram os primeiros passos do país na área, mas a expectativa é de que os aportes alcancem novos patamares nos próximos anos, com a implementação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

O levantamento foi feito pela ABDE junto aos integrantes do Sistema Nacional de Fomento (SNF), como BNDES, Banco do Brasil e Caixa. A principal responsável pelo valor direcionado para projetos de IA no sistema é a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa do governo que faz repasses a instituições de ensino, empresas e órgãos públicos para o fomento à ciência, tecnologia e inovação.

Os financiamentos começaram a despontar em 2020. Só em 2023 e 2024, até junho, o valor destinado a projetos desse tipo pela Finep alcançou R\$ 1,4 bilhão - R\$ 818 milhões em todo o ano passado e R\$ 619 milhões no primeiro semestre deste ano.

Nos próximos anos, a agência pública deve desembolsar R\$ 15 bilhões dentro do plano de IA do governo, de um total de R\$ 23 bilhões até 2028. O plano foi lançado no fim de julho, mas o decreto que o regulamenta ainda precisa ser publicado.

Os valores ainda estão distantes dos líderes nessa corrida estratégica, os Estados Unidos e a China, mas se assemelham aos esforços realizados por países europeus. Segundo o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, só em 2024, os aportes do governo chinês devem chegar a R\$ 306 bilhões.

Nos EUA, os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento de IA previstos entre 2021 e 2024 são de R\$ 63 bilhões. Já a Alemanha dedicou R\$ 29 bilhões em sete anos para a área e a União Europeia, R\$ 16 bilhões entre 2024 e 2027.

Para o presidente da Finep e da ABDE, Celso

Pansera, o momento é de plantar sementes para tornar o Brasil uma referência em inteligência artificial no mundo. Pansera destaca que o país possui um imenso potencial para o desenvolvimento da inteligência artificial, que demanda bastante energia para processamento de dados, graças à matriz elétrica sustentável.

- Tanto que os volumes previstos do ponto de vista público só perdem para China e Estados Unidos. É um esforço de investimentos que o governo vai fazer, por meio da Finep e do BNDES, para a gente se posicionar bem em uma área de conhecimento estratégico para o desenvolvimento da humanidade.

Na Finep, desde 2017, foram financiados 433 projetos de IA, 214 só nos últimos dois anos.

Em 2023 e 2024, a maioria dos recursos foi repassada para projetos de inteligência artificial com micro e pequenas empresas, seguidas por médias empresas e grandes empresas. Isso se deve também ao trabalho dos agentes financeiros credenciados à Finep que ajudam a dar capilaridade ao crédito na ponta.

Em menor quantidade, Banco do Brasil e Banco do Nordeste também já concedem crédito para iniciativas que envolvem IA.

No BB, foram desembolsados R\$ 50,6 milhões em projetos na área por uma linha dedicada à ciência e tecnologia. Além disso, desde 2013, o banco desenvolveu mais de 190 soluções de IA para otimizar processos internos e melhorar a experiência do cliente. No BNDES, os projetos ainda estão em desenvolvimento.

Segundo Telma Luchetta, Sócia-Líder de Data e Inteligência Artificial da EY na América Latina, o volume de crédito para projetos de IA ainda é muito pequeno no Brasil, mas o interesse dos bancos no setor vem crescendo rapidamente.

A executiva destaca que, diferentemente de outras tecnologias, a IA se popularizou antes de as instituições financeiras entenderem como poderiam usá-la e vêm recebendo pedidos de clientes. Em um

primeiro momento, decidiram testar a tecnologia em áreas internas e agora estão em momento de estruturação de governança para poder oferecer serviços inovadores aos clientes.

- Transformar a forma de prestar o serviço tem um tempo para acontecer. Acho que daqui a um ano as coisas estarão em outro patamar.

Como o país ainda está "engatinhando" no tema, a maioria absoluta dos projetos se destina a criar uma nova função para a tecnologia, um investimento de risco - 91% das iniciativas contempladas com os repasses desde 2017. O restante é para a aplicação da nova funcionalidade, quando bem-sucedida.

No Hospital das Clínicas de Porto Alegre (RS), referência em atendimento público, duas soluções de inteligência artificial financiadas pela Finep têm sido usadas como aliadas no atendimento aos pacientes. O investimento total foi de R\$ 7,8 milhões.

A primeira solução analisa exames de raio-x de tórax e envia um alerta quando identifica situações que precisam ser avaliadas com prioridade por um especialista. Já a segunda tecnologia foi criada para reduzir o tempo do processo de aquisição de órteses, próteses e materiais especiais. Sem o sistema, os técnicos do hospital demoravam até quinze dias para procurar o item entre os fornecedores e fazer a comparação de preços.

Agora, o processo pode ser concluído até no mesmo dia. Atualmente, está em andamento a terceira rodada do edital Soluções de Inteligência Artificial (IA) para o Poder Público, uma ação do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Finep.

Nesse caso, a agência transfere recursos para órgãos do governo, sem devolução, com o objetivo de superar desafios tecnológicos e melhorar a oferta de serviços à população.

Participam desta etapa, com R\$ 24 milhões disponíveis, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Inmetro, **INSS** e Suframa.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2024/09/25/financiamento-publico-para-projetos-de-ia-soma-r-2-bi-no-brasil-mas-governo-quer-mais-r-23-bi.html>**

# Reforma tributária trava a pauta do Senado

Brasília - A pauta do Senado Federal prevista para ontem não pôde ser votada por causa da tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que trata da primeira parte da regulamentação da **reforma tributária**. O texto da regulamentação chegou ao Senado no dia 7 de agosto e é analisado em regime de urgência, por isso precisaria ser analisado em 45 dias para não trancar a pauta, o que não aconteceu. A retirada da urgência só pode ser feita pelo Poder Executivo.

"Tomamos conhecimento de um possível pedido de retirada de urgência, mas até esse exato instante não se consumou, ou seja, não chegou ao conhecimento desta presidência a mensagem do líder que falaria pelo presidente retirando essa urgência", informou o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que presidiu a sessão de ontem.

A retirada do regime de urgência vem sendo cobrada por líderes partidários e pelo relator, Eduardo Braga (MDB-AM), para que o texto tenha mais tempo para ser discutido. A intenção de Braga é elaborar um calendário de audiências públicas para ouvir governadores, prefeitos e representantes do setor produtivo.

De acordo com a assessoria da liderança do governo, a retirada da urgência só deve ser feita a partir desta quarta-feira (25), com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de Nova York, onde participa da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e o líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), acompanham o presidente Lula na missão.

O projeto já recebeu mais de 1,2 mil emendas dos senadores e está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Emenda à Constituição - O Congresso Nacional promulgou ontem a emenda constitucional que cria regras para a eleição dos órgãos diretivos dos tribunais de Justiça dos estados.

A Emenda Constitucional 134 altera o artigo 96 da Constituição para definir que a eleição para os órgãos diretivos vale para tribunais estaduais compostos por 170 ou mais desembargadores em efetivo exercício, o que enquadraria atualmente os tribunais de São Paulo e Rio de Janeiro.

A eleição deverá ocorrer entre os membros do tribunal

pleno, por maioria absoluta e voto direto e secreto. O mandato dos eleitos será de dois anos, admitida apenas uma recondução sucessiva. (ABr) %

**Site:**

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-25-09-2024/>

# Governo decide retirar urgência de projeto de lei

**GABRIEL HIRABAHASI e SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA**

O governo decidiu retirar o regime de urgência do projeto de lei complementar de regulamentação da **reforma tributária** que tramita no Senado, depois de o prazo para a votação da proposta ter expirado no dia 22. Apesar de a decisão já ter sido tomada, só deverá ser oficializada quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornar ao Brasil. Lula está em Nova York, onde participa da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), e retorna hoje ao País.

O projeto da **reforma tributária** passou a trancar a pauta do Senado desde que expirou a data-limite para votação. Desde então, nenhuma outra proposta (exceto as que tenham prazos constitucionais estabelecidos) pode ser votada no plenário da Casa até que o projeto de lei da tributária seja analisado pelos senadores.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Bets disparam na baixa renda

» **RAFAELA GONÇALVES**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, demonstrou preocupação com o crescimento no país dos sites de apostas - as chamadas bets - e sua relação com uma possível piora na qualidade do crédito e na inadimplência das famílias brasileiras.

Segundo ele, desde janeiro, houve aumento superior a 200% no valor que os apostadores transferem para essas empresas via Pix.

Parte considerável desses apostadores, segundo ele, são pessoas de baixa renda e até mesmo beneficiários do programa Bolsa Família. "A correlação entre pessoas que recebem Bolsa Família, indivíduos de baixa renda, e o aumento das apostas tem sido bastante grande. A gente consegue mapear o que teve de Pix para essas plataformas e o crescimento de janeiro pra cá foi bastante grande", disse ele, ontem, em palestra no evento J. Safra Brazil Conference 2024, em São Paulo.

O presidente do BC disse que a autoridade monetária está tentando ajudar o governo e o Congresso com os dados sobre as transações. "O ticket médio subiu mais de 200%. É uma coisa que chama atenção e a gente começa a ter a percepção de que vai ter um efeito na inadimplência na ponta", afirmou.

Além disso, Campos Neto alertou sobre o impacto potencial desse fenômeno na inadimplência.

"É um tema muito relevante e que tem sido falado sobre o comprometimento da renda das famílias nesses sites de apostas", destacou o presidente da autoridade monetária.

Pesquisa recente do banco Itaú Unibanco estima que brasileiros perderam quase R\$ 24 bilhões em jogos e apostas on-line, em um ano, fator que pode aumentar o índice de endividamento das famílias brasileiras, que segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), já atinge 78,8% da população.

As bets oferecem uma forma de entretenimento, associada à promessa de ganhos financeiros rápidos. No entanto, é importante entender que essas plataformas não devem ser vistas como uma forma de investimento ou renda extra, conforme alerta Bruno Russo Franco, diretor da Recovery, empresa de recuperação de crédito do Grupo Itaú.

"Fazer apostas carrega um risco altíssimo de perda de dinheiro.

Pode acontecer dos apostadores se deixarem levar pela emoção de uma possível vitória, mas vale sempre lembrar que, para cada grande vencedor, há milhares de pessoas que perdem quantias significativas", apontou.

Endividamento Segundo Franco, essa realidade pode levar os brasileiros ao endividamento, especialmente quando as apostas começam a ser feitas de forma compulsiva.

"As plataformas de apostas costumam aceitar cartões de crédito ou Pix como meio de pagamento e existe a possibilidade de que mercado de apostas influencie a inadimplência no país a partir do ano que vem", relatou o especialista.

As apostas de quota fixa estão em fase de regulamentação. O Ministério da Fazenda publicou uma portaria definindo regras que permitem que o apostador só possa jogar realizando pagamentos por meio do Pix, transferência ou débito, como uma maneira de tentar driblar o endividamento no crédito.

A alta incidência de pessoas de baixa renda envolvidas em apostas esportivas levanta preocupações significativas: essa prática pode se tornar um obstáculo para a superação da desigualdade socioeconômica, contribuindo para o aumento da pobreza e o risco de endividamento em massa. Para o advogado Rubio Teixeira, especialista em mercado de iGaming, a regulamentação será importante neste sentido.

"Ela não define apenas um quadro legal, mas também atua como um indicador dos desafios reais que as apostas esportivas impõem ao Brasil. É imprescindível que o debate sobre regulamentação inclua estratégias específicas para proteger as camadas mais vulneráveis da população, evitando que essa atividade amplifique a desigualdade existente", afirmou.

**Inflação** e seca O presidente do Banco Central, afirmou ainda que a dinâmica da **inflação** preocupa a autoridade monetária e alertou que a seca que atinge diversas partes do Brasil é um risco para os preços de energia e alimentos.

"Quando se olha a dinâmica de **inflação**, ela preocupa

um pouco o BC. Há preocupação no longo prazo com efeitos da seca", destacou Campos Neto.

Segundo ele, o país parece crescer acima do Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial, que é o que indica a capacidade de um país em expandir sua economia sem impactar a **inflação**. "Parte das previsões do **PIB** vem surpreendendo para cima. O consumo das famílias segue forte, o mercado de trabalho também segue forte. Temos tentado separar o que do crescimento do consumo é estrutural e o que é estímulo fiscal", avaliou.

Para Campos Neto, ainda não há uma certeza absoluta sobre a influência da mão de obra apertada na **inflação**, "mas há indícios de que é um fator que começa a ser mais restritivo".

"Temos um desconforto grande com as expectativas de **inflação**.

Mais recentemente, vimos 2024 subindo, e as projeções para 2025 ainda estão bem acima da meta (com centro de 3% e teto de 4,50%)."

"O ticket médio subiu mais de 200%. É uma coisa que chama atenção e a gente começa a ter a percepção de que vai ter um efeito na inadimplência na ponta"  
Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

# Ata do Copom reforça tom duro de nota

» **FERNANDA STRICKLAND**

Na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada, ontem, o Banco Central reforçou o tom duro da nota da reunião da semana passada, o que fez a Bolsa subir e o dólar cair. A decisão dos nove diretores do BC foi unânime e elevou a taxa básica da economia de 10,50% para 10,75% ao ano. Entre os motivos repetidos na ata estavam os cenários internos e externos mais desafiadores, a piora do quadro fiscal, e as dificuldades para levar o índice de carestia para o centro da meta, de 3%, no primeiro trimestre de 2026 com os juros no atual patamar.

No documento, o BC informou que segue avaliando que a atividade econômica e o mercado de trabalho doméstico vêm apresentando maior dinamismo do que o esperado, levando a uma reavaliação do hiato do produto para o campo positivo. Os membros do Comitê ainda ressaltaram que o espaço para a atuação da política fiscal global ficou mais limitado, em meio ao aumento da dívida pública mundial e das preocupações com a sustentabilidade fiscal em diversos países. Os diretores do BC voltaram a dizer que uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e com transparência em seus resultados, em conjunto com a persecução de estratégias fiscais que sinalizem e reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal, nos próximos anos, são importantes elementos para a ancoragem das expectativas de **inflação**. Também são essenciais para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros, conseqüentemente, impactando a política monetária. Segundo Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, as observações do Banco Central mostram que o aumento da Selic será gradual, com um ajuste de 0,25 ponto por vez, sem indicação de um aperto significativo no ritmo. "Essa decisão será orientada pelos dados de **inflação**, tanto nacionais quanto internacionais. O aumento das taxas de juros pode levar empresas e famílias a anteciparem suas compras, mas também a reduzirem o ritmo de aquisições a prazo. Há uma tendência de migração para opções de crédito pré-fixado", afirmou.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5934/10-05-2024.html?all=1>**

# BC cobra 'transparência' na política fiscal e alerta para juros mais altos

**ALVARO GRIBEL**

Divulgada ontem, a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou que o colegiado continuará subindo os juros no seu próximo encontro, em novembro, mas sem adiantar se será mantido o ritmo de alta de 0,25 ponto percentual ou se poderá ir a 0,50 ponto. O mais importante do texto, contudo, foram os recados dados em relação à política fiscal.

Segundo o BC, a política fiscal no governo Lula está "expansionista", e isso tem dificultado o trabalho de controle da inflação.

Além disso, num tom mais duro até então sobre as contas públicas, o BC cobrou "regras previsíveis" e disse que "transparência nos resultados" são elementos fundamentais para o controle das expectativas. Na última semana, o BC subiu a Selic de 10,5% para 10,75% de forma unânime, e o mercado já prevê alta de 0,50 ponto em novembro (mais informações na pág. B2).

"Uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados, em conjunto com a persecução de estratégias fiscais que sinalizem e reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal nos próximos anos, são importantes elementos para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária", diz a ata.

Nas últimas semanas, vêm crescendo no mercado as críticas sobre a condução da política fiscal. Dois projetos elaborados pelo Ministério de Minas e Energia (MME), mas que contaram com a assinatura do Ministério da Fazenda, chamaram atenção.

Um deles tentava aumentar os gastos com o Auxílio Gás, mas por meio de uma triangulação envolvendo a Caixa, sem que essa despesa entrasse no Orçamento. Além disso, foram concedidos benefícios fiscais para um projeto de navios-tanque, com depreciação acelerada, mas sem as devidas contrapartidas. A medida foi suspensa pelo TCU.

RISCOS. O BC também afirmou que há risco de aumento dos chamados juros neutros da economia -

taxa Selic que não tem efeito sobre a inflação - em caso de "esmorecimento" de reformas e da disciplina fiscal.

"O comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade." O BC, por outro lado, também apontou que "incorpora em seus cenários" a desaceleração no ritmo de crescimento dos gastos, em um sinal de apoio à equipe econômica.

A reunião deste mês foi a primeira após a indicação de Gabriel Galípolo para a presidência do banco, a partir de 2025.

Atualmente, ele ocupa a diretoria de Política Monetária. Seu voto, assim como os dos outros três diretores já indicados por Lula, foram iguais aos dos cinco diretores herdados do governo Bolsonaro, incluindo o atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Para economistas, ata reforça previsão de maior aperto dos juros

**ALVARO GRIBEL, ANNA SCABELLO, GABRIELA JUCÁ e MARIA REGINA SILVA**

Na ata divulgada ontem, o Banco Central explicou que todos os membros do Copom votaram para que o aumento dos juros tivesse início com uma alta de 0,25 ponto. Por isso, a Selic subiu de 10,5% para 10,75% na reunião da semana passada. Para frente, no entanto, os membros do colegiado preferiram não dar "indicação futura".

"Em virtude das incertezas envolvidas, o comitê preferiu uma comunicação que reforça a importância do acompanhamento dos cenários ao longo do tempo, sem conferir indicação futura de seus próximos passos, insistindo, entretanto, no seu firme compromisso de convergência da inflação à meta", afirma o texto.

No mercado, porém, a avaliação de que a ata manteve um tom duro reforçou as apostas de que a taxa básica de juros deverá aumentar 0,50 ponto percentual na próxima reunião do Copom, em novembro.

Essa leitura é compartilhada por analistas de instituições como Itaú Unibanco, XP, C6 e Goldman Sachs.

"O Copom está bem ciente dos crescentes desafios relacionados à inflação: projeções de inflação mais altas e um balanço de riscos agora inclinado para a alta", escreveu em relatório o diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, que vê como "bastante provável" um aperto ainda maior da política monetária.

Também em relatório, o C6 afirmou que, "a julgar pelas projeções de inflação do BC e pelo tom duro do comunicado (divulgado logo depois da reunião do Copom, na semana passada) e da ata", os próximos passos devem ser de uma elevação mais intensa dos juros. "Acreditamos que o BC deve subir a taxa de juros em 50 pontos-base (0,50 ponto percentual) nas próximas duas reuniões do ano." Já o time de analistas da XP chamou a atenção para trecho da ata mostrando uma deterioração da composição da inflação corrente.

"Por um lado, o Copom mencionou o fim do processo desinflacionário de bens e alimentos, refletindo a

depreciação do câmbio e as condições climáticas adversas.

A inflação de serviços, por outro lado, 'desempenha um papel importante na dinâmica desinflacionária no estágio atual', mas em um contexto de atividade econômica dinâmica, a convergência da inflação para a meta é 'mais desafiadora', escreveu.

IPCA. O Copom reconheceu no texto que, embora espere uma trajetória de desinflação, as suas projeções continuam indicando que o IPCA permanecerá acima da meta, de 3%, ao longo de todo o horizonte relevante para a política monetária.

O colegiado espera que o IPCA atinja 3,5% no acumulado de 12 meses até março de 2026, considerando a trajetória de juros embutida no Focus (até 13 de setembro) e uma taxa de câmbio que parte de R\$ 5,60 e evolui conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC), o chamado "cenário de referência".

"Em virtude das incertezas envolvidas, o comitê preferiu uma comunicação que reforça a importância do acompanhamento dos cenários ao longo do tempo, sem conferir indicação futura" Trecho da ata do Copom

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# 'Não dá para antecipar o que o BC fará', diz Haddad sobre Selic

**ALINE BRONZATI**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que não é possível saber quais serão os próximos passos do Banco Central na condução da política monetária, e que a missão da autarquia é controlar a **inflação**. Ele afirmou que espera que o Brasil possa retomar uma trajetória positiva em termos de política monetária e de crescimento sustentável.

"Não dá para prever neste momento o que vai acontecer (com os juros no Brasil). As coisas estão voltando ao normal, na minha opinião. As taxas de juros fora (no exterior) tendem a se comportar melhor para fins domésticos, e a economia chinesa reaquecendo também é muito favorável ao Brasil", disse Haddad a jornalistas, em Nova York.

Sobre as indicações da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), publicada ontem e que marcou a retomada do ciclo de alta nos juros no País, o ministro afirmou que "não dá para antecipar o que o BC" fará porque as decisões do colegiado dependem dos dados futuros. Haddad disse que não havia conversado ainda com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o documento do BC.

"Vamos retomar uma trajetória positiva e considerável.

Sabemos que a economia brasileira está aquecida, crescendo a 3,2%, o Banco Central se preocupa com a **inflação**, que é a missão que ele tem, natural, mas queremos retomar uma trajetória de crescimento sustentável", disse.

'IMPACTOS FAVORÁVEIS'. Haddad disse que as medidas anunciadas ontem pelo governo da China para estimular a economia - redução do compulsório bancário e de taxas de juros - foram uma boa notícia. "O governo chinês começou a tomar providências para reaquecer sua economia. Isso tem impactos favoráveis domésticos, porque a China é grande importadora de produtos brasileiros, e isso já animou o mercado hoje (ontem)", afirmou (mais informações sobre o pacote chinês na pág. B6).

O ministro da Fazenda também citou os bons ventos da economia americana, com a **inflação** mais controlada e um ciclo de corte de juros iniciado neste mês. "Isso também é favorável ao Brasil", avaliou.

Por fim, Haddad falou da conjuntura global. Segundo ele, este ano foi "um pouco turbulento" em relação a 2023, com "algumas surpresas" e "adiamentos" nos movimentos globais, em especial em relação à política monetária. "Imaginou-se até subir os juros nos Estados Unidos, agora começou um corte forte de 50 pontos-base (0,5 ponto porcentual) que ninguém esperava."

Projeção

Ministro diz que País cresce a uma taxa de 3,2% e que juros vão retomar 'trajetória positiva'

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Impacto nos juros

**THAÍS BARCELLOS** *thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br*  
**BRASÍLIAE SÃO PAULO** *Colaborou Ana Flávia Pilar*

O Banco Central endureceu o recado sobre o desequilíbrio das contas públicas, na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que elevou a Taxa Selic de 10,50% para 10,75% ao ano, na semana passada. No documento divulgado ontem, o BC classificou a dinâmica de gastos do governo como "expansionista" e frisou ser importante para a condução da política de juros uma política fiscal crível, previsível e transparente.

"Uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados", diz um trecho da ata da reunião do Copom, é importante "para a ancoragem das expectativas de inflação" e "para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros".

O mercado financeiro e especialistas em contas públicas veem baixa disposição do governo em cortar gastos para equilibrar as contas, o que põe em risco a sustentabilidade do arcabouço fiscal e do tamanho da dívida pública. Além disso, recentemente, medidas como o projeto que permite pagar o auxílio-gás fora do limite de despesas do arcabouço fiscal acenderam um alerta para brechas nas regras para as contas públicas que o próprio governo definiu.

## CAMPOS NETO VÊ EXAGERO

Em evento ontem em São Paulo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, enfatizou esse ponto das eventuais brechas nas regras, ao mesmo tempo em que ponderou que "parece ter havido um exagero do mercado" na reação à condução da política fiscal - que aparece, principalmente, nas cotações do dólar e dos juros futuros. Para ele, há uma "apreensão maior" no mercado: - Eu diria que (a apreensão) nem é só em relação à trajetória da dívida, mas, mais recentemente, a questão de transparência dos números.

A ata da reunião do BC explica a decisão, unânime entre os diretores, de elevar os juros, o que ocorreu pela primeira vez no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi a primeira reunião do Copom depois que Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, foi indicado para a presidência do BC -ele ainda terá seu nome analisado pelo Senado.

No documento, o BC mostrou que tem uma visão mais favorável do cenário externo, em meio ao início do

ciclo de redução dos juros nos EUA. No mesmo dia da reunião do Copom, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) reduziu a taxa básica por lá pela primeira vez desde 2020. Porém, o BC destacou que não há relação direta entre os juros americanos e a determinação da Selic no Brasil.

O BC calculou sua projeção oficial de inflação com o câmbio partindo de R\$ 5,60, patamar superior à cotação negociada nos últimos dias. A projeção de inflação para o primeiro trimestre de 2026, prazo em que o BC mira atualmente para colocar a inflação na meta, está em 3,5%. A meta é de 3%, podendo oscilar entre 1,5% e 4,5%.

Em relação aos próximos passos da política monetária, o Copom não deu pistas: o colegiado preferiu não dar indicação futura, apenas sinalizando o compromisso com o retorno da inflação à meta.

"Em virtude das incertezas envolvidas, o Comitê preferiu uma comunicação que reforça a importância do acompanhamento dos cenários ao longo do tempo, sem conferir indicação futura de seus próximos passos, insistindo, entretanto, no seu firme compromisso de convergência da inflação à meta", diz o texto.

No comunicado divulgado na semana passada, logo após o fim da reunião do Copom, o BC já tinha deixado claro que tinha iniciado um ciclo, sem se comprometer com o ritmo de aumento nem com a magnitude total do ajuste, deixando a porta aberta para novas altas.

O Copom mencionou também a avaliação de que o crescimento econômico está acima do seu potencial, o que "torna mais desafiador o processo de convergência da inflação à meta". Em relação ao mercado de trabalho, continuou a ver ganhos reais nos salários nos últimos meses, o que tem potencial de se traduzir em aumento de preços e da inflação no geral, mas disse que ainda não percebe evidências de que esse processo já está acontecendo.

## EXPANSIONISMO

O economista-chefe da gestora G5 Partners, Luis Otávio Leal, considerou que o BC foi muito mais duro com relação à condução da política fiscal na ata da reunião do Copom, mas deu um "voto de confiança" ao governo ao deixar claro que espera uma desaceleração do aumento das despesas públicas.

-Ao mesmo tempo, é um aviso. Se os gastos não arrefecerem como está no modelo, significa que a condução da política monetária terá de ser mais dura - afirmou.

Já o economista-chefe do Banco BMG, Flávio Serrano, ressaltou o uso do termo expansionista para qualificar a dinâmica das contas públicas. Para os próximos passos, Serrano avalia que o mais provável é que o ciclo ganhe mais velocidade, acelerando o ritmo de alta da Selic para 0,50 ponto percentual a cada reunião do Copom.

Para o ex-diretor do BC e sócio da Panamby Capital, Reinaldo Le Grazie, a Selic deverá subir entre 2 e 2,5 pontos percentuais até o fim do ciclo de alta, terminando entre 12,50% e 13% ao ano. O economista alertou que, sem uma desaceleração do crescimento dos gastos públicos, como espera o Copom, "não tem como fazer conta": -A questão fiscal é muito complicada, o governo tem que fazer algo. Isso, em parte, está fazendo a **inflação** ser mais persistente. Não adianta passar fora do arcabouço. No final, vai tudo para economia e para dívida. Se o governo não tirar o pé do acelerador, não tem como fazer conta.

Diante da ata da reunião do Copom e das declarações de Campos Neto, o dólar fechou ontem em queda de 1,3%, a R\$ 5,45.0 real também se fortaleceu por causa da valorização das commodities, na esteira do anúncio de medidas de estímulo à economia pela China.

"(A apreensão) nem é só em relação à trajetória da dívida, mas, mais recentemente, a questão de transparência" Roberto Campos Neto, presidente do BC

"A questão fiscal é muito complicada, o governo tem que fazer algo" Reinaldo Le Grazie, sócio da Panamby Capital

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Equipe econômica vê endosso a agenda de contenção

O recado mais duro do Banco Central (BC) sobre a política fiscal, na ata da reunião da semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom), foi recebido pela equipe econômica como um endosso aos planos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. As equipes dos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet têm defendido revisão e contenção estrutural dos gastos públicos, mas enfrentam ventos contrários da ala política do governo.

O Copom classificou a dinâmica de gastos do governo como expansionista e frisou que "uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados" é importante para ajudar a política monetária a controlar a **inflação**.

Apesar do tom mais pesado, o BC deixou claro que, atualmente, considera em seus cenários uma desaceleração no ritmo de crescimento dos gastos públicos ao longo do tempo, em linha com a trajetória traçada pela equipe econômica.

Dentro do próprio BC, há sinais de que a intenção dos recados da ata da reunião do Copom, em vez do cobrar ajuste mais forte, pode ter sido de "fazer coro" à agenda da equipe econômica sobre a necessidade de medidas que reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal.

A manifestação do BC ocorre em um momento de crescimento do mau humor do mercado financeiro com a condução das contas públicas. A avaliação é de baixa disposição do governo em cortar gastos.

Considerando os R\$ 40,5 bilhões em créditos extraordinários, fora da contabilidade para a meta, a projeção para o resultado primário (o balanço entre receitas e despesas, antes dos gastos com juros da dívida) é de um déficit de R\$ 68,8 bilhões. Sem os gastos extraordinários - principalmente no enfrentamento às enchentes no Rio Grande do Sul - a projeção de déficit é de R\$ 28,3 bilhões, perto do limite inferior da meta, de R\$ 28,8 bilhões.

Além disso, recentemente, algumas medidas acenderam um alerta para brechas nas regras fiscais, como a liberação de R\$ 1,7 bilhão do Orçamento, mesmo em um contexto de crescimento das despesas. Ou a proposta de reformulação do auxílio-gás, que permite o financiamento do programa por fora do

Orçamento.

A isso se somam as preocupações em relação à velocidade do crescimento das despesas obrigatórias. Entre auxiliares de Haddad, há o reconhecimento da necessidade de se fazer cortes estruturais de despesas para manter o arcabouço fiscal de pé, especialmente a partir de 2027. Naquele ano, a previsão é de redução das despesas com investimentos e manutenção da máquina pública a níveis insustentáveis, por conta do crescimento dos gastos obrigatórios.

Por isso, a Fazenda e o Planejamento tentam montar um discurso em defesa do corte de despesas consideradas ineficientes para que deem lugar a outros gastos. Como mostrou O GLOBO, o governo estuda implementar políticas mais eficientes para o BPC, o seguro-desemprego e o abono salarial.

Na avaliação de assessores, é preciso convencer a ala política do governo e o Congresso da necessidade de avançar nessa agenda. E que o custo do adiamento de medidas ou mudanças é maior, recado reforçado pela ata do Copom.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Inflação de demanda acelera mais depressa e pesa sobre o IPCA

**Anaís Fernandes De São Paulo**

A **inflação** de demanda não só roda acima da **inflação** de oferta no Brasil há um bom tempo, desde meados de junho de 2022, como, na ponta, ela tem acelerado mais rápido. A instituição financeira ASA calcula que, em 12 meses até junho, a **inflação** gerada pela pressão de demanda acumula alta de 6,52%, 0,6 ponto percentual acima do observado até maio. Enquanto isso, a **inflação** pressionada pela oferta oscilou menos, de 0,81% até maio para 0,84% até junho.

O resultado é que a participação da demanda na **inflação** geral também aumentou. Da alta de 4,23% do IPCA em 12 meses até junho, 2,32 pontos percentuais vêm da demanda. Em maio, eram 2,13 pontos e, em junho de 2023, 2,17 pontos. Enquanto a demanda ganha quase 0,2 ponto de participação na **inflação** cheia, a oferta não oscila nem 0,1 ponto, com 0,04 ponto a mais de maio para junho.

O ASA considera os dados até junho porque utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) trimestral, do IBGE, em seus cálculos.

"O que vemos é uma **inflação** de demanda mais resistente, explicada pela atividade econômica ainda bastante forte, com mercado de trabalho aquecido e **PIB** crescendo acima do potencial", afirma Leonardo Costa, economista do ASA.

Seu estudo é baseado em um exercício da distrital de San Francisco do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) que correlaciona, para cada item de um índice de **inflação** ao consumidor, uma série de preços e uma de quantidades. "Para cada série, eles fazem uma regressão, com defasagem de 12 meses, e analisam os resíduos. Dependendo de como os resíduos se comportam, eles definem se, naquele período, a **inflação** é mais de oferta ou de demanda", explica Costa.

Ainda que alguns itens, geralmente, sofram mais choques de demanda do que de oferta, e viceversa, a metodologia do Fed permite uma análise mais flexível.

"Você não está amarrado em nada e cada mês é diferente. Pode ser que, em um dado momento, a

**inflação** de alimentos, por exemplo, tenha sofrido um choque de oferta, mas pode ser que, em outro, a pressão esteja mais ligada à demanda.

Ou pode ser, ainda, que você não consiga chegar a uma conclusão determinada", diz Costa.

Para transpor o exercício ao Brasil, o desafio é que não há um mesmo índice com desagregações de preços e quantidades. Por isso, Costa combinou informações de preços com outros dados, por exemplo, de pesquisas do IBGE para o comércio e os serviços, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

"Em 2015, quando houve aquela aceleração forte da **inflação**, foi muito por causa da oferta, de um choque na energia elétrica. Logo adiante, a economia desacelerou, e a **inflação** de demanda foi junto, a despeito de a **inflação** cheia ficar rodando em nível elevado", observa Costa. Em 2018, outro evento associado à oferta: a greve dos caminhoneiros.

"Mas, daí, a atividade econômica ficou rodando baixo por muito tempo e ajudou a **inflação** de demanda a não ficar muito alta", diz.

"Quando vem a pandemia, a **inflação** de demanda é a que sente mais no começo, com aquela paralisação geral; depois, tem o choque e tudo sofre junto. Mas a **inflação** de demanda demora mais para desacelerar e a gente não vê ela desacelerando mais", afirma.

O ponto, diz Costa, é que é na **inflação** de demanda que a atuação da política monetária tende a ser mais eficaz. "Vemos que, mesmo com juro tão alto, tivemos um primeiro movimento de desaceleração, mas ela ainda está em patamar muito elevado." Na sua avaliação, isso e outras ferramentas mais "comuns" ao Banco Central, como a análise de **inflação** de núcleos (que exclui itens voláteis), das expectativas de **inflação**, que estão desancoradas, e dos dados de atividade fortes, reforçam a elevação dos juros, iniciada pelo BC na semana passada.

A ata dessa reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, mostra que os membros avaliaram uma "deterioração" da composição da **inflação**, ainda que o número agregado não tenha

divergido significativamente do que era esperado. "Observase, ademais, uma interrupção no processo desinflacionário no período mais recente", afirmam.

O ASA espera um ciclo total de alta da Selic de 1,5 ponto percentual, levando a taxa a 12%. "Pode ser até mais do que isso, se a **inflação** não ceder. O que a gente tem visto é que esse segundo estágio de desaceleração está, de fato, bastante difícil", afirma Costa.

Mesmo com a perspectiva de desaceleração da atividade no segundo semestre, a **inflação**, notadamente a de demanda, não deve aliviar tanto, porque há inércia e o mercado de trabalho deve afrouxar apenas muito gradualmente, diz Costa. "Não vejo muito espaço para essa **inflação** desacelerar." A projeção do ASA para o IPCA em 2024 está em 4,6%, acima do teto da meta do ano, que é de 4,5%.

Para 2025, a expectativa é de 4,1%.

O Bradesco projeta IPCA de 4,4% em 2024 e de 3,9% em 2025. Na avaliação do banco, a **inflação** mais ligada ao hiato (medida para a ociosidade da economia) está "relativamente bem comportada".

Por seus cálculos, a **inflação** de serviços mais correlacionada com a ociosidade, por exemplo, está rodando em 4,3% em 12 meses. "É indicativo de uma economia que não deve estar superaquecida, como verificado entre 2011 e o começo de 2014", afirma a equipe liderada por Fernando Honorato.

Juros mais elevados e gastos mais contidos, dizem, devem desacelerar o **PIB**, mas a perspectiva de um câmbio mais apreciado, em um contexto global desinflacionário, pode permitir que a economia ainda apresente expansão próxima ao potencial "com alguma desaceleração da **inflação**", afirmam.

Bruno Balassiano, economista do BTG Pactual, reconhece que a **inflação** tem se mostrado mais benigna do que o esperado no segundo e terceiro trimestre, mas diz não esperar que leituras favoráveis persistam nos próximos meses. "Riscos altistas para a **inflação** de serviços não faltam", diz em relatório.

Ele cita o mercado de trabalho "muito apertado" e "sem sinais claros de arrefecimento". Diante disso, a expectativa é que a **inflação** de serviços subjacentes (mais ligados ao ciclo econômico) reacelere de 5% em agosto para 5,6% ao fim do ano, pela média móvel trimestral anualizada e dessazonalizada.

Isso, somado ao efeito do repasse cambial sobre os bens industriais e ao crescimento de riscos altistas em itens suscetíveis aos efeitos da seca, como

alimentação, energia elétrica e, em menor grau, combustíveis, faz o BTG projetar **inflação** de 4,7% neste ano. Para 2025, a expectativa é de 4%.

"Riscos altistas para a **inflação** de serviços não faltam" Bruno Balassiano

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187994>

# Reação ao fiscal parece exagerada, diz Campos

**Gabriel Roca e Álvaro Campos De São Paulo**

A recente piora na percepção do mercado sobre as contas públicas não se deu apenas pelos receios com o aumento do endividamento, mas também por uma questão de qualidade e transparência dos números apresentados pelo governo.

Ainda assim, na avaliação feita pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ontem, em evento do Banco J. Safra em São Paulo, os prêmios de risco embutidos pelo mercado na curva de juros parecem exagerados, dados os episódios recentes envolvendo os temas fiscais.

"Temos um momento onde existe, por parte do mercado, uma apreensão maior com o fiscal, nem só com a dívida, mas sobre a transparência dos números. Surgiu esse tema da qualidade dos dados [fiscais], então é importante acompanhar, mas precisamos ver em um horizonte um pouco mais longo e passar por esses ruídos de curto prazo", comentou.

Na sequência, Campos Neto afirmou existir, dentro do Banco Central, um reconhecimento de que essas discussões levaram a um aumento nos prêmios de risco nos ativos locais, especialmente na curva de juros. "A gente monitora essa preocupação, mas temos a percepção de que ela parece exagerada, dado o que aconteceu. Não é nossa função julgar os preços de mercado e sim entender o que tem de informação ali e o que podemos usar na nossa função reação", avaliou.

Os últimos dias foram marcados por um forte aumento nas taxas dos juros futuros, à medida que os agentes financeiros exibiram preocupações com as discussões envolvendo o aumento de benefícios à margem das regras do arcabouço fiscal, como a ampliação do vale-gás, e do uso de créditos extraordinários para o combate aos eventos climáticos que assolaram o país recentemente.

O presidente do BC também apontou que mesmo as projeções mais otimistas para a dívida pública não mostram mais uma convergência, ainda que tenha ponderado que este é um cenário comum aos demais países do mundo. "Tem muita coisa de discussão de novos gastos, programas, tem essa incerteza em relação ao que vai ser nos próximos anos, sobre a

trajetória da dívida.... E não é só no Brasil, outros países também estão passando por isso, vai ser um tema mais relevante no ambiente global." Na primeira aparição pública após o fim do período de silêncio, marcado pela divulgação da ata da última reunião de política monetária, Campos Neto também voltou a demonstrar preocupação com a trajetória da **inflação**.

Segundo ele, o Brasil tem um quadro de crescimento econômico acima do esperado, com mão de obra apertada. "Fizemos uma revisão que mostra que o hiato está positivo, o que indica que o Brasil está crescendo acima do seu potencial". Para Campos Neto, ainda não há uma certeza absoluta sobre a influência da mão de obra apertada na **inflação**, "mas há indícios de que é um fator que começa a ser mais restritivo".

"Fizemos uma revisão que mostra o Brasil crescendo acima do potencial" Campos Neto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187994>

# Medidas são "injeção de adrenalina" na economia para ganhar tempo

Primeiro, ele tomou um gole de chá para se recompor. Então, o banqueiro central chinês Pan Gongsheng desencadeou uma das campanhas de política mais ousadas do país em décadas.

No que equivale a uma enorme injeção de adrenalina para uma economia à beira de uma espiral deflacionária, o presidente do Banco do Povo da China (PBoC) e outras autoridades financeiras de alto escalão anunciaram uma série de medidas de flexibilização que os observadores do mercado queriam havia semanas, em uma rara entrevista coletiva ontem de autoridades em Pequim.

Elas incluem cortes nas taxas de juros, mais dinheiro para os bancos, maiores incentivos para a compra de moradias e planos para a criação de um fundo de estabilização de ações.

Os mercados no continente e em Hong Kong dispararam, com o índice CSI 300, referencial das ações chinesas locais, registrando seu maior ganho desde julho de 2020. Ações nos Estados Unidos e Europa também subiram impulsionadas por setores com grande exposição à China, como o automobilístico e o de artigos de luxo.

A reação do mercado à iniciativa política sugere que Pan, um tecnocrata que estudou em Harvard e Cambridge, comprou um tempo precioso para a economia chinesa.

No entanto, os economistas acreditam que isso é apenas um suspiro inicial, se o presidente Xi Jinping quiser tirar a economia de aproximadamente US\$ 18 trilhões de uma crise prolongada marcada por uma implosão do mercado imobiliário, fraqueza nos preços ao consumidor e aumento das tensões comerciais globais.

"Não acho que seja suficiente abordar as questões implícitas por trás do movimento da China em direção à espiral deflacionária", disse Duncan Wrigley, economista-chefe da Pantheon Macroeconomics para a China. O que a China precisa, acrescentou ele, é de "um pacote de reformas que fundamentalmente reconfigure a economia e libere o crescimento do consumo".

A entrevista de ontem, organizada às pressas apenas

48 horas antes, ocorreu após semanas de uma ansiedade crescente entre os principais líderes do governo de Xi, segundo fontes a par da situação.

Formuladores de políticas graduados realizaram várias reuniões a portas fechadas e não programadas, para discutir a economia, à medida que ficava cada vez mais claro que a meta de crescimento deste ano estava fugindo do alcance, segundo essas fontes.

De particular preocupação foram os alertas de autoridades de pelo menos uma grande província costeira, com uma importante contribuição para o crescimento, de que teria problemas para atingir a meta de **PIB** bruto, disse uma das fontes.

A rápida reviravolta dos principais líderes do Partido Comunista foi uma surpresa para muitas autoridades, que esperaram meses para ouvir qualquer retorno sobre as propostas de políticas que elas elaboraram para reanimar a economia.

Na semana passada, elas receberam repentinamente solicitações de mais informações, forçando alguns a passar noites em claro antes da entrevista desta terça, segundo autoridades reguladoras que pediram para não ser identificadas.

O trabalho pareceu dar resultado.

Pan e outras autoridades mudaram a narrativa em torno da economia da China, pelo menos por enquanto. Isso é uma grande mudança: nas últimas semanas, bancos como o Goldman Sachs e o UBS cortaram suas previsões para o crescimento econômico da China depois de uma série de dados negativos que levantaram preocupações com a queda nos preços.

A Bloomberg Economics e outras consultorias agora acreditam que o governo atingirá a meta de Xi de crescimento de "cerca de 5%" do **PIB** para este ano. Mas a maioria dos economistas também concorda que é preciso fazer mais para evitar uma deflação enraizada ao estilo japonês.

A grande peça que falta continua sendo uma estratégia coerente para fazer com que 1,4 bilhão de chineses aumentem seus gastos.

"Muitos dos problemas da China são motivados pela demanda ou pela confiança", disse Nigel Peh, gerente de portfólio da Timefolio Asset Management. "No geral, não acredito que as medidas conseguirão mudar a situação, pois os problemas da China são complexos. E não há uma bala de prata." Na entrevista de ontem, Pan e outras autoridades se mantiveram firmes na política monetária. E não houve menção à "deflação", um termo que as autoridades chinesas tentaram censurar.

Ainda assim, o fato de o presidente do banco central chinês ter realizado uma entrevista televisionada ao vivo para anunciar grandes mudanças na política monetária, fornecer alguma orientação futura e responder perguntas de jornalistas representa uma mudança radical na forma como a China opera.

Sob os presidentes anteriores, o banco central geralmente anunciava grandes decisões de política monetária em declarações publicadas em seu site na internet.

Às vezes, um acompanhante do **comunicado** fornecia algumas informações básicas, atribuídas a um "funcionário relevante" não identificado.

Para alguns investidores, a transparência demonstrada nesta ontem indica a urgência de Pequim em conter uma derrocada que eliminou mais de US\$ 6 trilhões do valor de mercado das ações chinesas e de Hong Kong desde seu pico em 2021.

"O que surpreendeu o mercado foi a direção clara e o financiamento do Banco do Povo da China ao se firmar como uma fonte sólida de liquidez para sustentar o mercado de ações", disse Linda Lam, chefe de consultoria de ações para o norte da Ásia do Union Bancaire Privee em Hong Kong.

"Os mercados de capitais chineses deverão desfrutar de um doce período de lua de mel de liquidez.

A China está ganhando tempo para resolver problemas de crescimento mais graves", acrescentou ela.

"Os mercados chineses deverão desfrutar de um doce período de lua de mel" Linda Lam

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187994>

# Pix para apostas cresceram mais de 200%

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, demonstrou preocupação com o crescimento no Brasil dos sites de apostas - as chamadas "bets" - e sua relação com uma possível piora na qualidade do crédito e na inadimplência das famílias. Segundo ele, desde janeiro, houve um aumento superior a 200% no valor que os apostadores transferem para essas empresas via Pix. Ele destacou que parte considerável dos apostadores são pessoas de baixa renda e até mesmo beneficiários do programa Bolsa Família.

"A correlação entre pessoas que recebem Bolsa Família, pessoas de baixa renda, e o aumento das apostas tem sido bastante grande. A gente consegue mapear o que teve de Pix para essas plataformas e o crescimento de janeiro para cá foi bastante grande", frisou ontem, em palestra no evento J. Safra Brazil Conference 2024, em São Paulo.

O presidente do BC disse ainda que a autoridade monetária está tentando ajudar o governo e o Congresso com os dados sobre as transações. "A gente pega o ticket médio, subiu mais de 200%", alertou.

Além disso, Campos Neto falou sobre o impacto na inadimplência. "É um tema muito relevante e que tem sido falado sobre o comprometimento da renda das famílias nesses sites de apostas", detectou.

## ALERTA

A CNC, Confederação Nacional do Comércio, lançou um alerta no estudo O Impacto Econômico dos Bets. O levantamento aponta que, entre junho de 2023 e junho de 2024, os consumidores gastaram cerca de R\$ 68 bilhões em apostas, valor que representa 0,62% do **PIB**. O comprometimento da renda das famílias com essas apostas possui um potencial de reduzir em até 11,2% a atividade varejista, diminuindo em R\$ 117 bilhões o faturamento do setor por ano. (Correio Braziliense e Agência Brasil)

### Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/09/pix-para-apostas-cresceram-mais-de-200.html>

# Alta da Selic torna ativo de renda fixa mais atrativo

**JULIANA SODRÉ**

Depois que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros da economia em 0,25 ponto percentual, passando de 10,5% para 10,75% ao ano, analistas consultados pelo BC subiram também a projeção da Selic para o fim deste ano e já estimam o patamar de 11,5% para o fechamento de 2024. A decisão impacta diretamente o direcionamento dos investimentos, de acordo com especialistas ouvidos pelo Diário do Comércio.

O economista e CEO da Energy Group, Fabio Ongaro, acredita que a alta da Selic para 11,5% em 2024 pode impactar significativamente a economia brasileira. De acordo com ele, espera-se um controle da inflação, mas a medida pode desacelerar o crescimento econômico ao aumentar os custos de empréstimos, o que tende a reduzir os investimentos e o consumo.

No entanto, Ongaro pontua que a alta dos juros pode atrair ou manter investimentos estrangeiros, já que eles buscam retornos mais altos em um ambiente de juros elevados, contribuindo, dessa forma, com o fortalecimento do real frente a outras moedas.

O especialista da Valor Investimentos, Charo Alves, acredita que, com a nova alta da Selic, a tendência é que os ativos de renda fixa fiquem mais atrativos para o investidor como um todo. "O fluxo acaba migrando para esses ativos, como Tesouro Selic, CDBs, debêntures, entre outros", prevê.

Ele explica que isso acontece porque a taxa de juros é o que remunera melhor esse tipo de produto. Porém, alerta que com os juros elevados, a economia fica mais fria, o crédito menos acessível e o consumo menor.

Segundo o especialista da Valor Investimentos, as pessoas poupam mais e tendem a deixar o dinheiro guardado pela alta rentabilidade da renda fixa, desacelerando a economia. Fator que ele considera ruim para as empresas no modo geral. "Com isso, a tendência é que o apetite a risco do investidor diminua nesses cenários. É tudo uma questão de custo de oportunidade", diz Alves.

Bolsa - A bolsa de valores é outra oportunidade que o especialista entende que segue "em patamares

extremamente baratos comparando até na janela dos últimos 30 anos". Além dela, ele considera que estão com níveis bem atrativos, os fundos imobiliários e os ativos de renda variável. Porém, para ele, a renda fixa com taxas acima de 1% ao mês, pré-fixadas, ficam mais atraentes.

"Em ambos os lados a gente tem oportunidade. A questão é que a renda fixa consegue entregar uma boa taxa de retorno agora. A bolsa segue sendo uma promessa de rentabilidade e, para isso, é preciso que a gente veja os juros caindo aqui no Brasil e a tendência é que isso aconteça somente no final do ano que vem", analisa.

Por este motivo, a planejadora financeira do C6 Bank, Larissa Frias, acredita que investimentos em renda variável é uma modalidade que tende a ter uma queda nesse cenário de juros mais altos. "Analisando apenas a dinâmica de juros, com eles altos, os investidores migram mais para a renda fixa e investem menos em ativos com mais risco, como é o caso de ações e qualquer outro ativo de renda variável", explica.

Sendo assim, ela pontua que esses investimentos tendem a render menos e a ter uma desvalorização. "Na semana passada, vimos a bolsa cair de uma forma bem acentuada após a divulgação da nova taxa da Selic", ressalta.

**Site:**

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-25-09-2024/>

# Ata do Copom tem visão mais pessimista para a inflação

Brasília - A reabertura do ciclo de comunicação do Banco Central (BC) após a decisão de elevar os juros básicos evidenciou uma visão mais pessimista para a **inflação**, enquanto preocupações sobre a **credibilidade** dos números fiscais do governo ganharam força, conforme ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e declaração do presidente da autarquia, Roberto Campos Neto.

Na ata do encontro do Copom que marcou a primeira elevação da Selic em dois anos, em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano, o BC excluiu do texto a menção feita em julho de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) "tem arrefecido". O documento foi divulgado ontem.

Segundo a autarquia, dados sugerem uma deterioração da composição da **inflação**, ainda que o número agregado não tenha divergido significativamente do que era esperado, citando uma interrupção no processo desinflacionário no período mais recente.

"O comitê avalia que o cenário prospectivo de **inflação** se tornou mais desafiador, com o aumento das projeções de **inflação** de médio prazo, mesmo condicionadas em uma trajetória de taxa de juros mais elevada", acrescentou, ao reforçar que o balanço de riscos para a **inflação** deixou de estar equilibrado e passou a ser assimétrico, com maior peso dos riscos de alta de preços.

Em evento organizado pelo J. Safra logo após a divulgação da ata, quando se encerra o período de silêncio da diretoria do BC Campos Neto disse que o número mais recente de **inflação** foi "até melhor", mas defendeu que se observe o quadro mais completo, antes de ressaltar que a seca no País gera alerta sobre os preços de alimentos e energia. "A dinâmica de **inflação** ainda preocupa o Banco Central," disse.

A meta central estabelecida para a **inflação** no País é de 3%, mas as expectativas do mercado para os preços à frente seguem persistentemente acima desse alvo, tema que o BC destacou como "fator de desconforto comum a todos os membros do comitê".

As atenções do mercado hoje estarão voltadas para a divulgação de números do IPCA-15 de setembro, com economistas consultados pela Reuters prevendo uma

alta de 0,30% no índice, de 0,19% no mês anterior. Em 12 meses, a expectativa é de que o número chegue a 4,30%, ante 4,35% em agosto.

As análises do BC também têm focado nos riscos de surpresas positivas na atividade e no mercado de trabalho apertado pressionarem a **inflação**. Na ata, a autarquia avaliou que o crescimento real de salários acabará impactando preços caso seja persistente, embora o momento e a magnitude desse movimento sejam incertos.

"A conjunção de um mercado de trabalho robusto, política fiscal expansionista e vigor nas concessões de crédito às famílias seguem indicando um suporte ao consumo e conseqüentemente à demanda agregada", disse a ata.

Preocupação fiscal - Em meio a críticas de analistas sobre iniciativas criativas adotadas pelo governo na gestão das contas públicas, o BC enfatizou a importância da credibilidade e da transparência nessa área.

"Uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados, em conjunto com a persecução de estratégias fiscais que sinalizem e reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal nos próximos anos são importantes elementos para a ancoragem das expectativas de **inflação** e para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros, conseqüentemente impactando a política monetária", afirmou.

O trecho do documento que defende regras previsíveis e transparência dos resultados fiscais representa um passo adicional na comunicação do BC, já que não fazia parte da ata da reunião do Copom de julho.

Entre as ações do governo criticadas por especialistas estão uma proposta para bancar o auxílio-gás a famílias carentes fora do Orçamento, o uso de fundos privados para financiar políticas públicas e a tentativa de usar a captação de recursos esquecidos por correntistas em bancos para turbinar o resultado primário, ponto que enfrenta discordância do BC.

Na última sexta-feira, o governo afrouxou a contenção orçamentária adotada para cumprir regras fiscais, argumentando que seus cálculos apontam para uma

receita maior que a esperada compensando uma elevação de despesas obrigatórias. O congelamento de verbas foi reduzido de 15 bilhões de reais para 13,3 bilhões de reais.

Na apresentação de ontem, Campos Neto disse que o aumento observado no prêmio de risco captado na parte longa da curva de juros futuros parece estar associado a uma dúvida sobre números fiscais do País, ressaltando que o tema das contas públicas é importante para a atuação da política monetária.

Tanto a ata do Copom quanto Campos Neto ponderaram que a autarquia incorpora em seus cenários uma desaceleração no ritmo de crescimento dos gastos públicos ao longo do tempo. O presidente do BC afirmou ainda que o aumento do risco nas leituras de mercado "parece exagerado". (Reuters) %

**Site:**

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-25-09-2024/>